

Jornada ABCD

Programação praticamente fechada. Garanta sua participação

Ainda há tempo de inscrever sua entidade em algum dos eventos da 1ª Jornada ABCD Maior de Ações Sociais, que acontece entre 15 e 17 de novembro, em São Bernardo.

As propostas de atividades estão organizadas em torno de sete grupos: cultura, educação, economia solidária, qualidade de vida e meio ambiente, políticas afirmativas, segurança alimentar e saúde.

Se você milita ou participa de alguma entidade voltada a estes trabalhos, a



Defesa dos direitos da criança e do adolescente é tema da 1ª Jornada

Jornada é a chance de mostrar suas ações à região.

Serão realizados ao menos quatro grandes seminários e mais de 60 oficinas,

mostras e debates. Um dos destaques serão cinco mesas sobre sindicalismo.

A jornada contará ainda com shows, saraus, feiras

de economia solidária doméstica e artesanato. São esperadas a presença de 25 mil pessoas durante os três dias do evento.

As entidades que quiserem participar ou fazer sugestões à composição das mesas devem entrar em pelo correio eletrônico jornada@abcdmaior.com.br ou pelos telefones 4128-4245 e 4128-4274. Outras informações e a programação no www.abcdmaior.com.br

A 1ª Jornada será realizada no Clube da Ford, no Bairro do Alvarenga.

Plenária sobre as Metas do Milênio



Evento que antecede a 1ª Jornada é a plenária para debater o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM Brasil 2007, que o Sindicato realizará dia 17 de outubro com representantes da ONU.

O prêmio foi criado para mostrar e incentivar ações, programas e projetos desenvolvidos por prefeituras, empresas, universidades e organizações da sociedade civil que contribuem para o cumprimento dos 8 Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Ao realizar a plenária, o Sindicato quer mobilizar e estimular o movimento social, empresas, as prefeituras da região e, principalmente, os trabalhadores que militam no movimento social a participarem do prêmio.

As inscrições ao prêmio vão até 31 de outubro e podem ser feitas pelo www.odmbrasil.org.br. O resultado será conhecido em março do ano que vem. As 8 Metas do Milênio foram definidas pela ONU no ano 2000 e formam um conjunto para tornar o mundo solidário e justo até 2015.

Dinheiro do trabalhador

Controladoria aponta irregularidades no Sistema S

Relatório da Controladoria Geral da União (CGU) mostra que 90% das entidades do Sistema S apresentaram contas irregulares no ano passado.

A CGU realizou auditorias em 172 unidades. Em três delas foram constatadas gestões irregulares, em 148 foram constatados problemas e somente 21 tinham contas regulares.

O Sistema S é formado por nove entidades como Sesi, Sesc, Sest (transporte), Sebrae e Senar (rural).

No relatório, as principais falhas apontadas estão na compra de produtos e serviços e na contratação de pessoal, resultado de controles internos deficientes.

As auditorias também confirmaram irregularidades no gerenciamento dos recursos em quatro unidades, com apuração de sobrepreços em contratos de obras e serviços.

Desvio

Em algumas licitações,

o diretor contratante era sócio na empresa contratada.

A auditoria apontou pagamento de serviços em duplicidade, prestação de serviços sem contrato e compra de produtos sem licitação e por preços acima do mercado.

Também foram cons-

tatados acúmulos de cargos, que não é ilegal mas dá super poderes aos dirigentes.

Além disso, existem também denúncias do uso da máquina do Sistema S nas campanhas eleitorais.

Agora, o relatório da CGU será encaminhado ao Judiciário.

Contas não têm controle

Já no ano passado, o Tribunal de Contas da União apontou que as contas das entidades do Sistema S são uma caixa-preta.

“A caixa-preta reside principalmente nas entidades em que o recolhimento da contribuição sobre a folha ocorre sem passar pela Receita Federal”, disse o ministro Marcos Bemquerer, do TCU.

O deputado Cláudio Vignati (PT-SC)

propôs a inclusão no Orçamento das receitas do Sistema S, mas a proposta não foi aprovada.

“Nem o Congresso, nem o Executivo exercem acompanhamento dos recursos do sistema S”, comentou Vignati. No ano passado, as nove entidades do Sistema S arrecadaram R\$ 10 bilhões e neste ano a previsão é arrecadar R\$ 11 bilhões.

Bancários

Proposta pode ser aprovada

Os sindicatos de bancários defenderiam ontem nas assembleias a nova proposta dos bancos que prevê reajuste de 6%, representando aumento real de 1,13%. Se aprovada, a categoria terá ainda 13ª cesta-alimentação no valor de R\$ 252,36, PLR de 80% do salário mais o valor fixo de R\$ 878,00, entre outras verbas.

As assembleias estavam previstas para acontecer na noite de noite em várias regiões.

A proposta em debate não vale para a Caixa Econômica Federal que não avançou nas negociações. A tendência é de greve a partir de hoje na Caixa.

agenda

Heral

Sindicalização amanhã durante o horário do almoço. Conheça as vantagens de ser sócio e sindicalize-se!

CSEs de São Bernardo

Todos os membros dos Comitês Sindicais de Empresa (CSEs) de São Bernardo, exceto das montadoras, estão convocados a participar de reunião que acontece às 17h desta sexta-feira, na Sede do Sindicato, para deliberar sobre organização das atividades dos comitês.

Games

Neste domingo acontece mais uma etapa classificatória do 1º Campeonato de Games dos Metalúrgicos do ABC. Os competidores devem levar seus próprios controles. A tabela de jogos está no www.smabc.org.br

Quarta-feira

3 de outubro de 2007
Edição nº 2382

Tribuna Metalúrgica



Serra quer promover megaprivatizações em SP



O governador José Serra mandou fazer um levantamento do valor de 18 estatais paulistas para privatizar o que resta do patrimônio público de São Paulo.

Página 3

CUT quer o fim do fator previdenciário

Página 3

Campanha salarial

Começam negociações com o Grupo 10

A campanha salarial dos metalúrgicos da CUT continua com a abertura das negociações com o grupo 10. Página 2

Atos pedem transparência nas concessões de rádio e tevê



Entidades realizam nesta sexta feira mobilizações em 11 Estados e lançam campanha pedindo transparência e participação popular nas concessões de rádio e tevê.

Página 3

Participe da 1ª Jornada ABCD de Ações Sociais



Se você faz parte de alguma entidade do movimento social, participe da 1ª Jornada ABCD Maior de Ações Sociais e mostre o que é feito para melhorar o mundo.

Página 4

notas e recados**Cortou!**

A Justiça cassou 18 minutos da propaganda eleitoral da DEM (ex-PLF), que havia usado o espaço no rádio e tevê para fazer propaganda pessoal do prefeito Kassab.

Primeiro Mundo

Dentro de dois anos, o Brasil passará a ser auto-suficiente na produção de vacinas.

Estrago

A Vale do Rio Doce foi condenada a pagar R\$ 1,3 milhão aos índios xicrins para compensar os impactos ambientais causados no sul do Pará.

Terceiro turno

Nos últimos dez anos, o número de mulheres casadas que chegam a família subiu de 10 milhões para 18,5 milhões.

Força!

Para complementar a renda familiar, 3,6 milhões de aposentados continuam trabalhando.

Não pode

Relatório da ONU mostra que 70% dos brasileiros se sentem inseguros quando voltam para casa, o índice mais alto do mundo.

Parabéns

Pela conquista do vice-campeonato mundial, a seleção feminina de futebol vai embolsar prêmio igual ao pago à seleção masculina que conquistou o Penta.

Assim é demais

No ano passado, empresas multadas por manter trabalhadores em condições de escravidão doaram R\$ 897 mil para a campanha eleitoral de 25 candidatos.

Muito ruim

Quase a metade dos alunos que terminam o 2º grau nas escolas estaduais paulistas têm conhecimentos esperados para alunos da 8ª série.

confira seus direitos

Afinal, quem pode ser estagiário?

Desde o ano de 1977, com a publicação da Lei 6.494, o contrato de estágio passou a ter regulamentação própria em lei, o que nem sempre é observado pelas empresas e até mesmo pelas entidades de ensino.

Todo contrato com estagiário deve ter a participação obrigatória da instituição de ensino que ministra o curso.

Por isso é que se diz ser um contrato trilateral, ou seja, deve ter a participação do estagiário, da empresa e da entidade que ministra o curso, independentemente de quem intermediou a contratação (vide o caso do CIEE, por exemplo).

Aprender

O objetivo da contratação deve ser proporcionar ao estagiário o aprendizado necessário ao seu desenvolvimento profissional, e a atividade que exerce deve estar sempre relacionada ao curso que estuda.

Significa dizer em

tão que um universitário do curso de Direito, por exemplo, não pode servir como atendente de telemarketing, já que o curso que estuda em nada tem a ver com a atividade que exerce.

Nestes casos, o contrato de estágio é nulo e acarreta vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços, ainda que se tenha a anuência da instituição de ensino para que o mesmo trabalhe nessa função.

Também o aluno do ensino médio que não faz curso profissionalizante jamais poderá servir como estagiário.

O verdadeiro contrato de estágio não gera vínculo de emprego, pois seu objetivo principal é o aprendizado.

Desrespeitadas as regras, o contrato de estágio é nulo, impondo-se o reconhecimento do vínculo de emprego com o pagamento de todos os direitos, como se fosse empregado.

Departamento Jurídico

Hoje tem negociação com o grupo 10

A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT) faz hoje pela manhã a primeira rodada de negociação com a bancada patronal do grupo 10. Ao todo são 15 mil metalúrgicos nesse setor representados pela Federação.

“Exigiremos tanto a renovação das cláusulas sociais já existentes como a inclusão de direitos sociais que contemplem as trabalhadoras, os estudantes e os trabalhadores com deficiência. Quanto à questão econômica negociaremos reajustes compatíveis ao crescimento do setor”, disse Valmir Marques, o Buro-Buro,

presidente da FEM-CUT, lembrando que os parâmetros de reajuste foram dados pelos demais grupos.

A pauta de reivindicações é a mesma e inclui redução da jornada, reposição integral da inflação com aumento real, mudança da data-base para setembro, implementação do contrato coletivo nacional, renovação e avanços nas cláusulas sociais.

As empresas que formam o grupo

- Equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares - estamarias - funilarias e móveis metálicos - lâmpadas e aparelhos de iluminação - mecânicas - tratamento de superfícies - reparação de veículos e acessórios - material bélico - rolinhas metálicas.

Dura

Assembléia discute organização



Sindicato debateu organização com trabalhadores na Dura

Os resultados da campanha salarial, sindicalização e organização no local de trabalho foram os assuntos debatidos ontem em assembleia com os trabalhadores na Dura, fábrica de autopeças de Rio Grande da Serra.

Lá, o resultado da campanha salarial foi muito favorável aos companheiros, já que até o acordo que definiu a nova divisão territorial da categoria, a data-base era novembro.

Já nesse ano, com a definição da nova base de representação do Sindicato

dos Metalúrgicos do ABC, o reajuste salarial passou a valer já em setembro.

Segundo Nelci Rodrigues, o Moregão, coordenador da Regional Ribeirão Pires, assembleias como essa na Dura estão sendo realizadas em outras empresas da base. “Estamos implementando uma nova etapa na organização desta parcela da categoria”, afirmou ele, ressaltando que os resultados da sindicalização têm sido bons.

Hoje, a equipe de sindicalização voltará à Dura no horário de almoço.

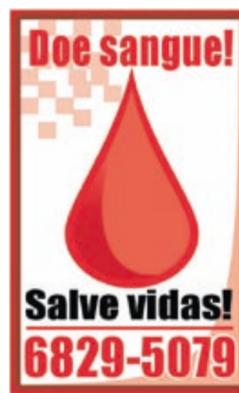
PLR

Acordos na Fourt e Tecsteel

Os companheiros na Fourt Informática e Tecsteel, de São Bernardo, garantiram a PLR deste ano ao aprovar acordos em assembleias na última sexta-feira.

Na Fourt, a primeira parcela será paga dia 15 de outubro e a segunda dia 15 de novembro.

Na Tecsteel, a primeira parcela foi adiantada em agosto, enquanto a segunda vem até 5 de março.



Tribuna Metalúrgica - Edição: Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo - CEP: 09721-100 - Fone: 4128-4200 - Fax: 4127-3244 - www.smabc.org.br imprensa@smabc.org.br - Regional Diadema: Av. Encarnação, 290 Piraporinha - Telefone 4066-6468 - CEP 09960-010. Regional Ribeirão Pires: Rua Felipe Saab, 149, Centro - Telefone 4823-6898 - CEP 09400-130. Diretor Responsável: Sérgio Nobre - Repórteres: Carlos Alberto Ballista, Gonzaga do Monte e Sílvio Berengani - Repórter Fotográfico: Raquel Camargo. Arte, Editoração Eletrônica e CTP: Eric Galietta - Impressão: Simetal ABC Gráfica e Editora - Fone: 4341-5810. Os anúncios publicados na Tribuna Metalúrgica são de responsabilidade das próprias empresas.

Denúncia

Serra prepara super privatização

Da mesma forma que FHC fez com o Brasil, o governador José Serra quer entregar o que resta do patrimônio público de São Paulo para a iniciativa privada e vender 18 estatais paulistas.

Entre as empresas estão Nossa Caixa, Metrô, CDHU, CPTM, Dersa, EMAE, Codesp, CPP, CESP, Prodesp, Imesp, EMTU, CPOS, IPT, Codasp e Emplasa, que atuam nos setores de transporte, saneamento, fornecimento de água, de luz, comunica-

ções, pesquisas tecnológicas e vários outros.

Segundo as instituições financeiras JP Morgan, Morgan Stanley, UBS Banco, Banco Espírito Santo e Citi Bank, contratadas pelo próprio Serra para avaliar o patrimônio das estatais, elas valem R\$ 30 bilhões.

Se o governador realizar a venda, será a maior entrega de patrimônio público nacional desde as privatizações realizadas pelos programas de Mário Covas e de FHC.



Nossa Caixa também está entre as empresas que Serra pretende privatizar

Destino do dinheiro é questionado

O deputado Mário Reali (PT) denuncia que Serra pretende acumular caixa com as privatizações para iniciar grandes obras que dêem visibilidade ao seu mandato. “Ele só pensa nas eleições de 2008 e 2010 e não mede as consequências”, afirma.

Para provar, Reali mos-

tra que, até agosto, o governo paulista arrecadou R\$ 6 bilhões a mais que o previsto.

Porém, o dinheiro está guardado em caixa e não é usado para investimentos importantes em educação, saúde, saneamento etc.

O parlamentar lembra

que a iniciativa de Serra é comum no partido do governador. Desde 1995, quando o PSDB assumiu o governo de São Paulo, foram vendidas estatais como a Eletropaulo e a CTEEP sem que o dinheiro fosse revertido para o povo paulista.

“Não sabemos até hoje

o destino dos R\$ 34 bilhões arrecadados”, prossegue Reali.

“A desculpa deles para vender era diminuir o endividamento público e aumentar os investimentos. Mentira. O Estado deve mais e os investimentos caíram”, finaliza o deputado.

Comunicações

Sociedade exige participação

Depois de amanhã, vencem diversas concessões de televisão em todo o País, entre elas as das cinco emissoras próprias da Globo - Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife. Também vencem as concessões da Bandeirantes, Record e Gazeta.

Embora exploradas majoritariamente por empresas privadas, rádios e tevês são concessões públicas.

Isto é, as câmeras podem ser da Globo, mas o canal não é dela. O canal é do povo brasileiro.

É por este motivo que entidades do movimento social lançam sexta-feira desta semana uma campanha que pede democracia e transparência nas concessões de rádio e tevê.

Concessão de Rádio e TV: Quem manda é você, diz a palavra de ordem da campanha.

No Brasil, o modelo de concessões de rádios e TVs é uma verdadeira terra sem lei. Imperam interesses privados, nos quais os empresários reinam sozinhos, ditam regras e não cumprem o que manda a Constituição Federal.

Sem participação

Entre outras questões, não há participação da sociedade no debate sobre outorga e renovação das concessões, que acontecem sem respeito a critérios públicos.

Os processos são lentos, pouco transparentes e não existe qualquer fiscalização por parte do poder público.



Logotipo da campanha de democratização da comunicação

Somados, estes ingredientes tornam possível o funcionamento de emissoras com concessões vencidas.

A Coordenação de Movimentos Sociais e entidades que lutam pela democratização da comunicação saíram às ruas no dia 5 de outubro em pelo menos 11 capitais para as mobilizações por controle social sobre as concessões de rádio e TV.

Em São Paulo o ato acontece em frente ao prédio da Gazeta, na Avenida

Previdência

Não se mexe em direitos, diz Marinho

“Vamos levar até o final o compromisso assumido pelo presidente Lula de manter intocados os direitos previdenciários dos trabalhadores”. A garantia foi dada pelo ministro da Previdência Luiz Marinho.

Segundo ele afirmou ontem para a Tribuna, as propostas para mudanças na Previdência seguem em debate no Fórum de Previdência Social, do qual participam as centrais sindicais, governo e empresários. “Nada será implementado ou mudado na Previdência sem o consenso do Fórum”, garantiu Marinho.

Mesmo assim, assegura ele, se novas regras forem definidas elas só valerão para os trabalhadores que entrarem no mercado de trabalho após as mudanças serem aprovadas

Especulação

Segundo ele, existe especulação do que é tratado no Fórum. “Os debates são sobre tempo de contribuição, fim do fator previdenciário, idade para aposentadoria, financiamento da Previdência e muitos outros, mas de vez em quando a imprensa escolhe um deles e dá como certo que algo vai mudar”, explicou Marinho.

Já o presidente do Sindicato, José Lopez Feijóo, disse que os metalúrgicos estão com a posição assumida pela CUT de não permitir mudanças que retirem direitos. Segundo Feijóo, a principal reivindicação da Central no Fórum é o fim do fator previdenciário e um novo sistema de financiamento por parte das empresas, que deixariam de recolher sobre a folha de pagamento e passariam a pagar sobre o faturamento.

A CUT também é contrária a imposição de idade mínima para a concessão de aposentadoria.